

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL*

Teliti Suzuki

I – Histórico

A imigração japonesa no Brasil começou em 1908, há exatamente 80 anos e, desde essa época, cerca de 240.000 japoneses entraram no país. O contingente representa 4% do total de imigrantes introduzidos no Brasil desde o século XIX, dos quais $\frac{3}{4}$ são portugueses, italianos e espanhóis, seguindo-se os alemães e japoneses, com quase a mesma porcentagem.

A partir da década de 1880, a maioria dos imigrantes foi absorvida pelo estado de São Paulo para substituir a mão-de-obra escrava nas plantações de café, então em franca expansão. No fim da mesma década, no entanto, a superprodução do café causou a queda do preço e a conseqüente crise econômica. A condição de trabalho nas fazendas se deteriorou e diminuiu sensivelmente o afluxo de imigrantes.

Quando, no começo deste século, a crise foi superada graças à política de “estabilização de preços” (aquisição do produto pelo governo) e a cafeicultura voltou a se expandir, esta teve de enfrentar a aguda falta de mão-de-obra e a introdução de japoneses foi cogitada como solução de emergência. Na mesma época, recrudescia o movimento dos sindicatos operários americanos contra a imigração japonesa e as companhias de imigração japonesas procuravam novos mercados. A coincidência dos interesses dos dois lados resultou na vinda da primeira leva de imigrantes japoneses que chegaram ao porto de Santos em 18 de junho de 1908.

A história da imigração japonesa no Brasil pode ser dividida em três períodos, como seguem.

* Artigo publicado em *Vida e arte dos japoneses no Brasil*. São Paulo, MASP/Banco América do Sul, 1988.

1º Período (de 1908 a 1924)

Nesta primeira fase, as despesas de transporte dos imigrantes eram subsidiadas pelo governo paulista. Este subsídio, entretanto, era suspenso quando a corrente tradicional proveniente do sul da Europa aumentava e voltava a ser concedido, quando esta se escasseava. Neste período, entraram 31.000 japoneses, o que representa 13% do afluxo total de japoneses ao Brasil.

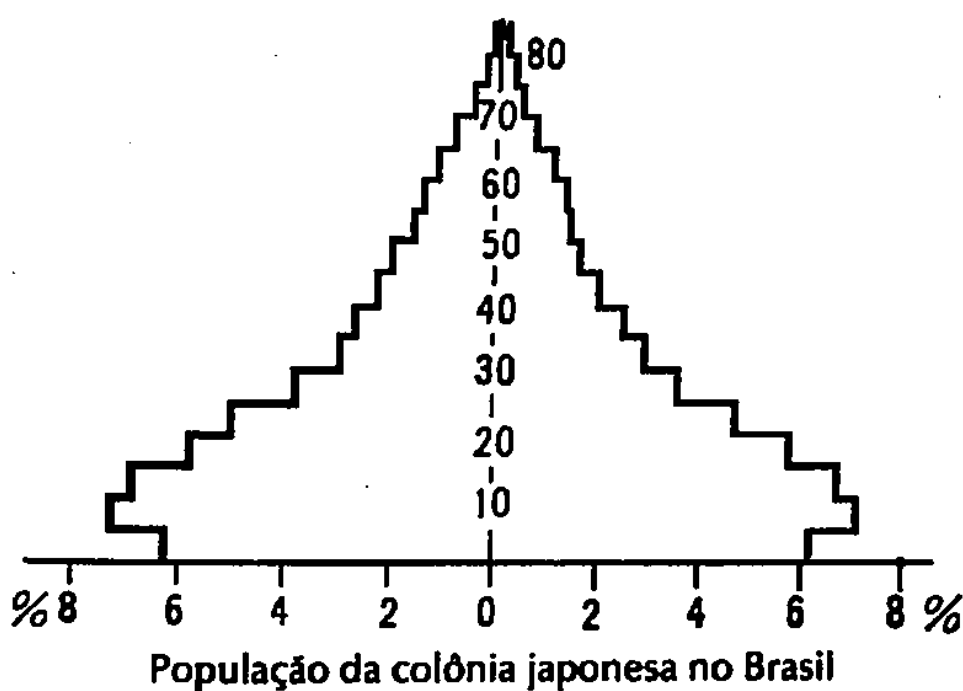
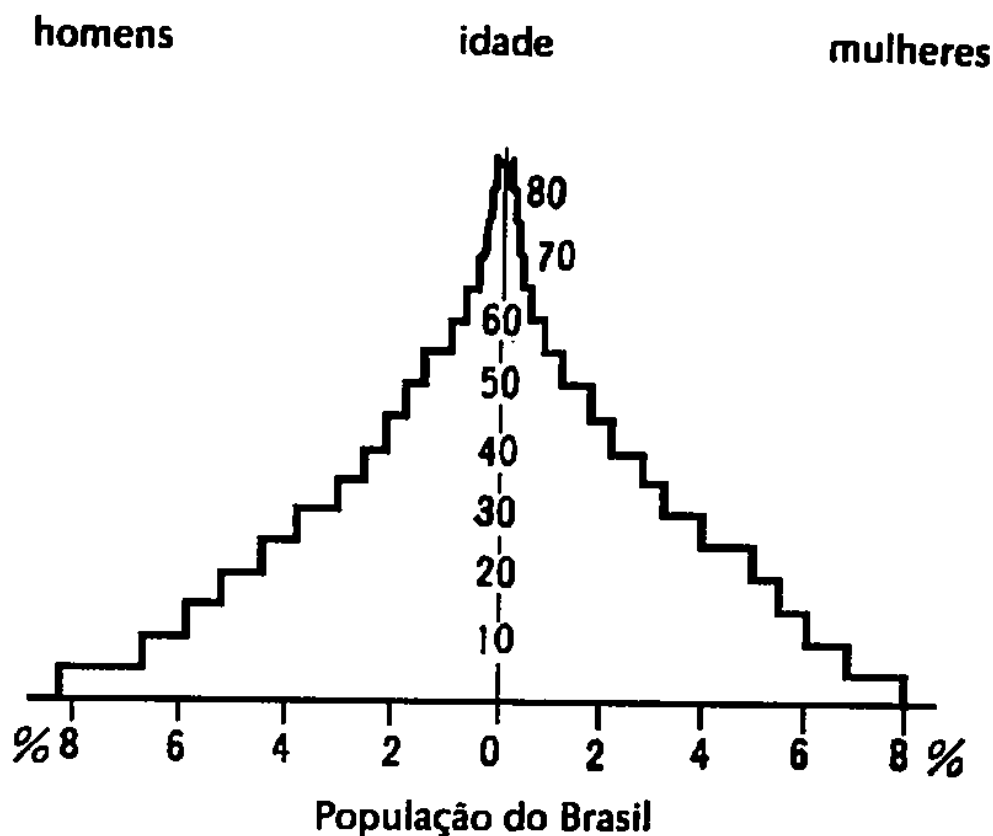
2º Período (de 1924 a 1941)

A situação se modificou a partir de 1924, quando o subsídio para transporte passou a ser concedido pelo governo japonês. O afluxo tornou-se ininterrupto e aumentou de ano a ano, em contraste com a diminuição da corrente imigrantista tradicional. Na primeira metade da década de 1930, os japoneses constituíam a corrente mais numerosa, atingindo 44% do influxo total dos imigrantes estrangeiros. Em 1934, entretanto, o Brasil adotou a política restritiva de imigração (a entrada de imigrantes de cada nacionalidade foi limitada a 24% do respectivo influxo total anterior) de um lado, e de outro, o Japão concentrou a atenção na colonização da Manchúria, então colocada sob sua influência. A entrada dos japoneses foi diminuindo até cessar completamente em 1941, em consequência da II Guerra Mundial. Nesta fase, vieram 158.000 japoneses, representando 67% do total desses imigrantes.

3º Período (a partir de 1952)

A imigração japonesa foi reiniciada com um pequeno contingente, em 1952, e o afluxo aumentou consideravelmente até atingir o auge no início da década de 60, diminuindo em seguida, até praticamente cessar a partir da década de 70. A era da imigração em massa, como aliás aconteceu com as demais correntes imigratórias para o Brasil, terminou. Chegaram 46.000 japoneses nesse período, representando 20% do influxo japonês total.

Segundo dados do censo da colônia japonesa realizado em 1958, em comemoração do cinquentenário da imigração japonesa no Brasil, o contingente de 240.000 imigrantes tinha aumentado para 430.000 pessoas, compreendendo os imigrantes e seus descendentes nascidos no Brasil. Essa população representava 0,7% da população total brasileira da época. No entanto, a composição por sexo e idade da população de origem japonesa diferia daquela apresentada pela população brasileira em geral, como se evidencia no gráfico que se segue.



A população brasileira apresenta o formato normal de uma pirâmide – largo na base, diminuindo à medida que aumenta a idade – típico dos países em desenvolvimento, onde a taxa de aumento demográfico é elevada. Ao contrário, com relação à população da colônia japonesa, observa-se um nítido recolhimento na base, na faixa etária de 0-4 anos, o que demonstra que a taxa do seu crescimento fica aquém daquela da população brasileira.

Como não há mais afluxo de imigrantes japoneses, presume-se que a população atual da colônia não ultrapasse a casa de 1 milhão, correspondendo a 0,7% da população brasileira, estimada em 144.000.000 para o presente ano.

Os brasileiros descendentes de imigrantes perfaziam 2/3 da população da colônia. É de se supor que esta proporção tenha aumentado consideravelmente hoje em dia, mas não dispomos de dados para calcular sua dimensão atual. Felizmente foi realizada no ano passado uma pesquisa por amostragem da população de origem japonesa, pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros de São Paulo. Esta pesquisa esclarecerá o problema de composição demográfica por geração, acima apontado, bem como outros aspectos. Como, porém, ela se encontra ainda em fase de tabulação, limitar-nos-emos a abordar a evolução da colônia japonesa nos seus primeiros 50 anos com base nos dados obtidos pelo censo de 1958, já citado.

II – Características dos imigrantes

O subsídio para as despesas de transporte dos imigrantes pelo governo paulista era concedido às famílias com o mínimo de 3 pessoas aptas para o trabalho agrícola (12 a 50 anos). A mesma diretriz foi adotada pelo governo japonês quando o subsídio passou a ser a seu cargo.

Sendo assim, a maioria dos imigrantes era de agricultores no Japão. Sua proporção variou conforme a época: cerca de 80% no primeiro período (1908-1924) e de 60% no segundo (1924-1941) e terceiro (de 1952 em diante) períodos. Essa proporção é superior à que se verifica no país de origem, em todas as épocas, como se vê no quadro abaixo.

ano	1920	1930	1940	1955	1960
% em agricultores	52%	48%	42%	39%	31%

No Japão, os agricultores são divididos em *sitiantes*, *sitiantes-arrendatários*, *arrendatários* e *empregados*, numa escala decrescente de *status*. Há, ainda, os chamados "trabalhadores familiares", isto é, membros da família que trabalham sem remuneração na lavoura do chefe da família.

Entre os imigrantes que eram agricultores e chefes de família no Japão, a maioria pertencia à categoria de *sitiante*, variando a proporção de acordo com a época: 70% entre os chegados antes da guerra e 84%, no pós-guerra. Cumpre mencionar que a proporção de *sitiantes* no Japão passou de 32% antes da guerra, para 76% no pós-guerra, em decorrência da reforma agrária implantada logo após

o término da guerra. Comparada com esse quadro no país de origem, a proporção de sitiantes se apresenta maior entre os imigrantes, notadamente entre aqueles que vieram antes da guerra.

Os agricultores que imigraram como chefes de família eram na sua maioria (69%) "trabalhadores familiares" pertencentes a famílias de sitiantes (81%). Vê-se, pois, que o grosso dos imigrantes japoneses consistia de sitiantes e seus familiares.

Quanto aos não-agricultores, estes eram, em sua maioria, empregados no Japão (54%). Como a situação econômica dos empregados não-agricultores difere muito de acordo com o nível de escolaridade, tomaremos este parâmetro como índice para verificar a situação sócio-econômica dos imigrantes, tanto agricultores, quanto não-agricultores.

Entre aqueles que tinham mais de 15 anos de idade ao chegarem ao Brasil, a porcentagem dos que atingiram o curso secundário ou superior é maior e a dos que freqüentaram apenas o primário ou sem nenhuma escolaridade é menor do que o que se verifica no Japão, em todos os períodos. Vale dizer que o nível de escolaridade dos imigrantes é relativamente mais elevado do que o da população japonesa em geral.

Se o nível de escolaridade reflete, de certa maneira, a situação sócio-econômica do indivíduo, pode-se dizer que a opinião corrente segundo a qual o imigrante provém da camada mais baixa da sociedade não passa de um mito, pelo menos, no que concerne aos imigrantes japoneses no Brasil.

Composição por sexo e idade

Como vimos anteriormente, os japoneses imigraram, via de regra, constituídos em famílias. Os imigrantes individuais eram exceção, com apenas 4% do total antes da guerra, atingindo os 14% mesmo depois da guerra, quando o subsídio do governo japonês se estendeu aos imigrantes individuais.

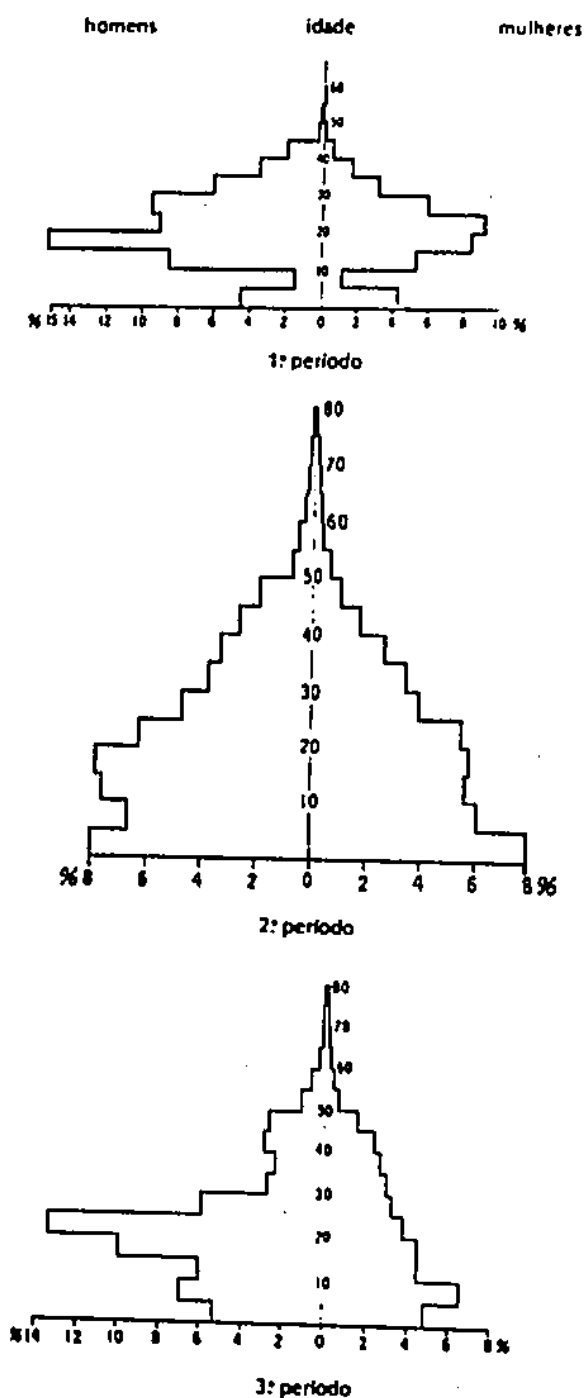
Mas a composição da família do imigrante à época de sua chegada ao Brasil apresenta peculiaridades dignas de nota. 18% dos imigrantes que eram chefes de famílias na época do censo de 1958 declararam ter vindo como *Kôsei-kazoku* (literalmente, "membros incorporados à família" – neologismo criado pelos imigrantes, que não consta de nenhum documento oficial). São, geralmente, parentes do chefe de família que nela foram incluídos ao virem para o Brasil. Este expediente foi adotado mesmo com pessoas sem qualquer parentesco, por laços fictícios de adoção ou matrimônio, laços esses que podiam ser facilmente dissolvidos mediante a apresentação de um instrumento particular ao consulado japonês no Brasil.

Com efeito, parentes que não figuram normalmente na composição da família como irmãos, tios, primos, cunhados e filhos adotivos do chefe são encontrados na alta proporção de 40% no primeiro período, 30% no segundo e 15% no terceiro. São, provavelmente, "membros incorporados", na sua maioria.

Observa-se uma anormalidade na composição por sexo e idade dos imigrantes à época de sua chegada. A proporção de homens é muito maior com relação às mulheres: 152 homens para 100 mulheres, no primeiro período, 122 homens no segundo e 153 homens no terceiro. A porcentagem dos que se achavam na faixa etária de 15-24 anos é extraordinariamente alta. A pirâmide populacional dos imigrantes no momento de sua chegada ao Brasil é testemunha eloqüente do fato, como se vê pelo quadro ao lado.

A anormalidade é marcante no primeiro período, atenua-se no segundo e volta a ser evidente no terceiro.

Dir-se-ia que as famílias dos imigrantes eram artificialmente constituídas, notadamente no primeiro e terceiro períodos. Os imigrantes japoneses formavam, portanto, um contingente demográfico jovem, cheio de força e de vitalidade.



III – Evolução da Colônia

1. Mobilidade geográfica

Quase a totalidade (93%) dos imigrantes foram introduzidos no estado de São Paulo, em proporções diversas conforme a região, como se segue (as cifras entre parênteses indicam a porcentagem dos imigrantes introduzidos em cada região):

a) Litoral (6%)

b) Cidade de São Paulo e cercanias (5%)

c) Zona Velha do Café (36%), isto é, a faixa de terra roxa, atravessando a parte central do Estado, de norte a sul, na borda oriental do Planalto Central. Constituiu o centro da cafeicultura até a década de 1920.

A oeste da Zona Velha do Café se estende uma vasta região de terreno arenítico, dividida conforme o nome da estrada de ferro que a atravessa em:

d) Araraquarense (4%)

e) Noroeste (31%)

f) Alta Paulista (4%)

g) Sorocabana (5%)

Nos primeiros 15 anos (1908-1922), a maior área de concentração era a Zona Velha do Café (50-30% do total) e nos 25 anos seguintes (1923-1947), a primazia passa para a Noroeste (35-21%), seguida pela Zona Velha do Café, no início e, em seguida pela Alta Paulista. Na década de 1948-58, a maior concentração se deu na cidade de São Paulo e cercanias (23-29%), o segundo lugar passando da Alta Paulista para o Norte do Paraná.

Como se vê, foi grande a mobilidade dos japoneses. Os que chegaram antes da guerra efetuaram, em média, de 3 a 4 mudanças (excluídas as mudanças dentro de uma mesma cidade), sendo que somente a insignificante minoria de 4% não mudou de lugar.

Na época do censo da colônia, 76% da população de origem japonesa se encontrava no estado de São Paulo e 18% no vizinho estado do Paraná, com os restantes 6% espalhados pelo resto do imenso território nacional.

Dois pólos de concentração se distinguem. Um é constituído por Noroeste, Alta Paulista, Sorocabana e Norte do Paraná que é a extensão geológica do Planalto Ocidental Paulista, compreendendo 50% do total da população de origem japonesa. São regiões que foram desbravadas após o início da imigração japonesa. A densidade relativamente grande desta etnia indica que os imigrantes japoneses participaram efetivamente do desbravamento desta área.

A cidade de São Paulo e cercanias formaram outro pólo, com 30% da população total da colônia. A população de origem japonesa representa 2% do total

na cidade de São Paulo, mas a densidade relativa aumenta nas cercanias. O fato reflete uma ativa colonização desta área pelos japoneses, substituindo a obsoleta lavoura de subsistência por modernas técnicas horti-granjeiras.

A população escasseia à medida que se afasta desses pólos.

Conforme vimos, os imigrantes japoneses se destinaram, principalmente, para a lavoura. Verificou-se, entretanto, um intenso êxodo rural nos primeiros 15 anos ((1908-23), com 1/3 dos imigrantes vivendo nas zonas urbanas, notadamente nas grandes cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, onde viviam como trabalhadores braçais e empregados domésticos, em sua maioria.

A situação se estabilizou a seguir, e a população rural correspondia a 90% do total, até o fim da década de 30. Daí em diante a população rural foi decrescendo até atingir 55% em 1958, porcentagem esta igual à da população brasileira. No momento do censo brasileiro de 1980, quando a parcela rural da população total decresceu para 32%, e mesmo para 11% no estado de São Paulo onde reside a grande maioria da população de origem japonesa, algo semelhante se presume ter ocorrido na própria colônia.

2. Mudanças sócio-econômicas

No fim do primeiro quinquênio (1912), os colonos que pertencem à mais baixa escala dos agricultores ocupavam 88% dos imigrantes agricultores, ao passo que os sitiantes e arrendatários formavam uma pequena minoria de 7%. A porcentagem dos colonos diminuiu rápida e constantemente com o passar dos tempos, chegando a apenas 3% em 1958; em contrapartida, a dos sitiantes e arrendatários aumentou para 89%, sendo que a proporção dos meeiros ou parceiros girou sempre em torno de 10%.

Entre os não-agricultores, a proporção de empregadores e dos que trabalham por conta própria aumentou de 28% para 82%, com uma diminuição dos empregados de 69% para 15%. Os trabalhadores braçais que, no início, ocupavam 15% dos não-agricultores, praticamente desapareceram a partir da década de 30.

Pode-se dizer, portanto, que, em geral, os imigrantes japoneses no Brasil se achavam na faixa da classe média à época do cinquentenário da imigração japonesa.

Para finalizar, gostaríamos de apresentar mais alguns dados pertinentes.

Um levantamento realizado há poucos anos constatou que os descendentes de imigrantes japoneses perfaziam 13% do corpo discente da Universidade de São Paulo. Trata-se de uma cifra bastante elevada, considerando-se que a população de origem japonesa correspondia a 2% do total, tanto da capital, como em todo o estado de São Paulo.

A situação era outra, porém, num passado não muito remoto. Entre os imigrantes com mais de 15 anos de idade, a proporção dos que freqüentaram o

curso secundário ou superior era de 18%, ao passo que entre os descendentes da mesma faixa etária, atingia os 29%. A porcentagem aumentava entre os descendentes à medida que diminuía a idade, isto é, quanto mais recente se torna o tempo: de 14% no grupo mais idoso (acima de 45 anos) para 38% na faixa mais jovem (15-19 anos), isto é, quase triplicando.

Por outro lado, a porcentagem dos descendentes que nunca freqüentaram a escola é muito elevada no grupo mais idoso, atingindo os 14%. A diferença por sexo também é notável: 21% das mulheres desta faixa etária não puderam freqüentar a escola, contra 9% entre os homens. A porcentagem decresce em progressão geométrica à medida que diminui a idade, caindo para 1% no grupo mais jovem. A diferença por sexo praticamente desaparece nas faixas abaixo de 30 anos.

O quadro se torna mais dramático quando focalizamos os imigrantes que chegaram ao Brasil antes de atingir a idade escolar de 7 anos.

Entre eles, a porção sem escolaridade é muito alta, variando de 8% a 28%, no sentido de que quanto maior a idade (isto é, quanto mais remota a época da chegada), a porcentagem é maior. O fenômeno evidencia o ambiente desfavorável em que se encontravam os imigrantes na fase inicial de sua vida no Brasil, com uma situação mais precária quanto mais remoto o tempo.

Outro fato digno de nota se verificou entre os imigrantes e descendentes da faixa etária de 7 a 14 anos. A proporção sem escolaridade entre as crianças que atingiram a idade escolar de 7 anos era extremamente alta (49%), diminuindo na faixa dos 8-9 anos (10% e 4%), para quase desaparecer no grupo com 10-14 anos (1%). As cifras demonstram que havia falta de escola e muitas crianças eram obrigadas a adiar suas matrículas. A porcentagem é mais elevada na zona rural do que na urbana, e, entre os imigrantes do que entre os descendentes.

Era essa a situação que a colônia, notadamente os imigrantes recém-chegados, enfrentava há apenas 30 anos.